



FERROLEASE COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES







RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Ferrolease Comércio e Locação de Equipamentos Ferroviários S.A.

A/C: Diretores e Acionistas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferrolease Comércio e Locação de Equipamentos Ferroviários S.A. (Companhia) que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrolease Comércio e Locação de Equipamentos Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.







Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:







- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação aos eventos ou às circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.







Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 12 de abril de 2022.

Atenciosamente,

Carlos Cristiano Poltronieri Contador CRC 1SP240875/O-9 Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda. CRC 2SP010626/O-4

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

Ativo	Nota			Passivo	Nota		
		2021	2020			2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.019.574	5.008.494	Empréstimos e Financiamentos	9	4,851,976	6.106.399
Contas a Receber de Clientes	5	1.522.013	1.341.600	Obrigações com pessoal		140,830	236.775
Impostos a Recuperar	7	288.758	134.907	Adiantamentos de Clientes	10	966,412	952.082
Outros		107.134	152.839	Impostos e Contribuições a Recolher	11	831,292	570.518
				Dividendos	6	5,498,086	1.115.210
		6.937.479	6.637.840	Outras Contas a Pagar		43,296	221.196
						12,331,892	9.202.180
				Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e Financiamentos	9	4,473,367	9.101.341
Mútuos com Partes Relacionadas	6	45.966	895.206	Partes Relacionadas	6	510,860	7.489.764
Imobilizado	8	67.835.744	70.237.564	Tributos Diferidos	12	12.745.024	10.904.712
				Tributos parcelados	11	537.778	910.590
		67.881.710	71.132.770				
						18.267.029	28.406.407
				Patrimônio Líquido	13		
				Capital Social		13.497.026	13.497.026
				Reservas de Lucros		30.723.242	26.664.997
						44.220.268	40.162.023
		74.819.189	77.770.610			74.819.189	77.770.610
		7013.103	77.770.010			77.013.103	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

	Nota	2021	2020
Receita Operacional Líquida	14	15.986.620	14.192.116
Custo dos arrendamentos	16	(705.928)	(9)
Arrendamento	15	(37.380)	(37.380)
Depreciação de Ativos Ferroviários		(2.350.575)	(2.614.643)
Lucro Bruto		12.892.737	11.540.084
Despesas operacionais	17		
Administrativas		(557.605)	(836.739)
Depreciação e Amortização		(6.698)	(4.933)
Despesas com Serviços Profissionais		(229.518)	(314.805)
Salários, Encargos e Benefícios		(803.184)	(801.099)
Viagens e Estadias		(42.117)	(17.405)
		(1.639.122)	(1.974.981)
Lucro antes do Resultado Financeiro e Tributos		11.253.615	9.565.103
Receitas Financeiras	17	229.861	98.242
Despesas Financeiras	17	(758.867)	(1.310.979)
Resultado Financeiro		(529.006)	(1.212.737)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		10.724.609	8.352.366
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	18	(1.093.071)	(855.946)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	18	(1.840.312)	2.818.152
Lucro do Exercício		7.791.226	10.314.572

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

	2021	2020
Resultado do Exercício Outros Resultados Abrangentes	7.791.226	10.314.572
Resultado Abrangente Total	7.791.226	10.314.572

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

				Reserva	Reservas de Lucros		
	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		13.497.026		1.175.621	17.624.515		32.297.162
Resultado do Exercício Destinações:		-	-	-	-	10.314.572	10.314.572
Reserva Legal		_	-	515.728	_	(515.728)	_
Dividendo Mínimo Obrigatório		-	-	-	-	(2.449.711)	(2.449.711)
Retenção de Lucros No Exercício		-	-	-	7.349.133	(7.349.133)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		13.497.026		1.691.349	24.973.648		40.162.023
Integralização de capital		-	-	-	46.011	-	46.011
Resultado do Exercício		-	-	-	-	7.791.226	7.791.226
Destinações:							-
Reserva Legal	13 b	-	-	389.561	-	(389.561)	-
Dividendos	13 d	-	-	-	-	(3.778.992)	(3.778.992)
Retenção de Lucros No Exercício	13 c				3.622.673	(3.622.673)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		13.497.026		2.080.910	28.642.332		44.220.268

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício	7.791.226	10.314.572
Ajustes por:		
Depreciação	2.410.568	2.694.675
Juros Apropriados sobre Empréstimos com Partes Relacionadas	(10.500)	(18.000)
Juros Apropriados sobre Empréstimos e Financiamentos com Terceiros	676.209	1.232.926
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.840.312	(2.818.152)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a Receber de Clientes	(180.413)	46.742
Impostos a Recuperar e outras Contas a Receber	153.609	865.110
Saldos com Partes Relacionadas	(343.021)	37.380
Obrigações com pessoal	(95.945)	44.875
Adiantamentos de Clientes	14.330	(46.105)
Impostos e Contribuições a Recolher	727.950	509.123
Outras Contas a Pagar	(177.900)	(217.652)
Impostos sobre o Lucro Pagos	(1.391.030)	(852.253)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.415.395	11.793.241
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(8.747)	(11.707)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(8.747)	(11.707)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de capital	46.011	-
Dividendos pagos	(4.882.973)	-
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(5.942.565)	(8.177.802)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	(616.041)	(1.046.545)
Fluxo de Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(11.395.568)	(9.224.347)
Aumento (Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	11.080	2.557.187
Demonstração da Redução em Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do Exercício	5.008.494	2.451.307
No fim do Exercício	5.019.574	5.008.494
Aumento (Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	11.080	2.557.187

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais – R\$)

1. Contexto operacional

A Ferrolease Participações S.A. ("Companhia") foi criada em 11 de março de 2010. Em 31 de outubro

de 2019 a Companhia incorporou sua subsidiária integral Ferrolease Locação e Venda de

Equipamentos Ferroviários S.A., e teve sua razão social alterada para Ferrolease Comércio e Locação

de Equipamentos Ferroviários S.A.

A sede da Companhia está localizada à Av. Brigadeiro Faria Lima 1485, sala 124, São Paulo – SP

Seu objeto social compreende a locação e a comercialização de equipamentos ferroviários,

basicamente vagões.

A Companhia possui uma frota de 361 vagões, dos quais 89 vagões estão locados do acionista Global

Railroad Leasing LLC ("GRL") e os 272 vagões restantes são de propriedade da Companhia. Desde o

início do ano de 2021, 100% da frota da empresa encontra-se locada para clientes.

A receita da Companhia em 2021 foi, predominantemente, gerada através de contratos de locação

de vagões, firmados com as empresas RUMO Malha Norte ("RUMO"), Agrex do Brasil S/A ("Agrex")

e ArcelorMittal do Brasil ("Arcelor").

Estão em operação 105 vagões hoppers HFT (150 m³ de capacidade) locados para Agrex em 18 de

novembro de 2009 (30 unidades) e 7 de fevereiro de 2011 (75 unidades). Estes contratos têm prazo

de vencimento em março de 2035 e agosto de 2022, respectivamente. Estes vagões transportam

grãos nas malhas de bitola larga da Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e Ferrovia Norte-Sul ("FNS").

A Companhia possui contrato de locação de 33 vagões tipo HAE firmado junto a empresa

ArcelorMittal do Brasil em dezembro de 2012. Os vagões são utilizados para transporte de minério

em circuito interno. Esta frota é de uso exclusivo do cliente, responsável pelo carregamento e

descarregamento de minério bruto entre a mina e a usina da Arcelor na cidade de João Monlevade,

em Minas Gerais. O contrato - que venceria em agosto do ano de 2022- foi renovado através de

novo aditivo firmado em 01 de fevereiro de 2022, e o novo vencimento acontecerá em 01 de agosto

de 2023.

Existem 04 (quatro) contratos assinados com junto a concessionária RUMO. O primeiro contempla

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais – R\$)

a locação de 89 vagões HFT (135m³ de capacidade). Estes vagões estão sendo utilizados no

transporte de grãos entre Alto Araguaia/MT e Santos/SP, operando dentro da malha norte de bitola

larga da RUMO. O contrato venceu em 21 de junho de 2021 e será renovado por mais 24 meses

junto a concessionária.

O segundo contrato contempla a locação de 88 vagões tanque (do tipo TCT) que estão sendo

utilizados na operação ferroviária, para RUMO, trecho entre as cidades de Rondonópolis/MT a

Paulínia/SP. Este contrato foi assinado em 15 de janeiro de 2014, o início da locação se deu em

julho de 2015.

O terceiro contrato – locação de 13 vagões hoppers, tipo HAS (55m3 de capacidade volumétrica),

foi assinado em 06 de dezembro de 2019 com vencimento previsto para 06 de dezembro de 2021.

No início de novembro de 2021 o cliente assinou o 1º aditivo ao contato de locação prorrogando o

vencimento para 06 de dezembro de 2023. Os vagões estão sendo utilizados no transporte de brita

e lastro na execução de serviços e obras em trechos da ferrovia nos estados de Goiás, Minas Gerais

e Tocantins.

No dia 16 de novembro de 2020, a concessionária Rumo assinou novo contrato de aluguel para a

locação de 33 (treze) unidades de vagões tanques (tipo TCS), que estão sendo utilizados para o

transporte de petroquímicos, álcool, óleo vegetal e materiais líquidos, na malha ferroviária operada

pela Rumo, nos Estados de São Paulo e Mato Grosso. O contrato tem prazo de duração de 24 meses

a partir da data de entrega de cada vagão - conforme estipulado em "TRA" (Termo de Recebimento

e Aceitação) de cada equipamento individualmente.

1.1. Efeitos COVID – 19 nas Demonstrações Financeiras

A Administração realizou análise dos efeitos da pandemia de Covid-19 nas operações, entretanto

concluiu que não existem impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício de 2021.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil

(BRGAAP) e em observância às Resoluções CFC 2019/NBCTGEC, que dispõe sobre a estrutura

conceitual para relatório financeiro e as normas completas que compreendem as editadas pelo CFC

a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 08 de

abril de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. Após a sua emissão,

somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão

sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas e mensuradas em Reais, que é a moeda

funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o decimal mais próximo, exceto

quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas

e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados

dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são

reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos

significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre

as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar

em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de

dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

Nota explicativa 9 – Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos);

Nota explicativa 19 - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos

instrumentos financeiros).

3. Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os

exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como

base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros, cujos critérios de reconhecimento,

mensuração e divulgação estão mencionados na nota explicativa 3.2 (g).

(a) Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo,

tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido

apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando

aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são

divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.2. Principais políticas contábeis

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das

entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

(b) Receita operacional

A receita operacional da locação de vagões no curso normal das atividades é medida pelo valor justo

da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos,

descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. As

receitas são reconhecidas mensalmente, com base nos contratos de locação de vagões, em

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida

se há uma incerteza significativa na sua realização.

(c) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal

conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do

pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de

pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa

ser estimada de maneira confiável.

(d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações

financeiras. As despesas financeiras compreendem, principalmente, despesas com juros sobre

empréstimos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base

nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$

240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro

líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social,

limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e

contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos

no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente

reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo

tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial

como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos

ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com

base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os

valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins

de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas

como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias

dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão

disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com

base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças

temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido,

serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças

temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias

individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que

sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às

diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram

decretadas até a data do balanço.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes

da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de

depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

(impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são

registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos

futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus

valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A

depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período

entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo

que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não

são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos Ferroviários33,33 anosBenfeitorias em Propriedade de Terceiros6 anosEquipamentos de Computação e Telefonia5 anosMáquinas e Equipamentos10 anosMóveis e Utensílios10 anos

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço

e ajustados caso seja apropriado.

(g) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data

em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data

da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa

do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos

e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja

criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um

ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada,

cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço

patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis

são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos

de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses

passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método os juros efetivos.

(h) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data

de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor

recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um

evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve

um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira

confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou

atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre

condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor

ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um

título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu

valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o

valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados

são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que

reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os

riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem

ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de

caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos

ou grupo de ativos.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais – R\$)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de

apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação,

então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida,

o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua

unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são

reconhecidas no resultado.

A perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não

exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda

de valor não tivesse sido reconhecida.

(i) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma

taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no

tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do

desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(j) Arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como

despesas na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de

arrendamento (regime de competência).

(k) Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo,

tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido

apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando

aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são

divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

(i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos e fornecedores

Decorrentes diretamente das operações da Companhia, são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.3. Novas Normativas e Pronunciamentos Contábeis (IFRS/CPC)

Foram emitidas novas normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após. A Empresa avaliou, porém não identificou impactos significativos em suas demonstrações:

- Contratos de Seguro (CPC 50 / IFRS 17) Vigente a partir de 2021
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alteração CPC 27) Vigente a partir de 2022
- Contratos Onerosos (Alteração ao CPC 25 / IAS 37) Vigente a partir de 2022
- Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante (Alteração CPC 26 / IAS 01) Vigente a partir de 2023

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Caixa e bancos	6.337	1.392
Aplicações financeiras	5.013.237	5.007.102
	5.019.574	5.008.494

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, referenciados a taxas que se aproximam do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber está demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.613.825	1.433.412
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91.812)	(91.812)
	1.522.013	1.341.600

Consistem em valores relativos a contratos de locação de vagões, conforme descrito na nota explicativa 1. Em 31 de dezembro o total do Contas a Receber encontra-se em aberto, exceto pelo valor provisionado para perdas de R\$ 91.812.

6. Partes relacionadas

Os saldos com as empresas relacionadas foram realizados conforme os termos e condições acordadas entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Ativo não circulante		_
Mútuo com GRL Brasil Ltda.	-	2.608
Empréstimo Concedido à GRL USA (i)	31.338	877.970
Outros	14.628	14.628
	45.966	895.206
	2021	2020
Passivo circulante		
Dividendos (iii)	5.498.086	1.115.210
	5.498.086	1.115.210

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

	2021	2020
Passivo não circulante		
Valor a repassar a GRL USA (ii)	-	1.240.140
Aluguéis devidos à GRL (iv)	510.860	473.480
Dividendos (iii)	-	5.776.144
	510.860	7.489.764

- (i) Refere-se a empréstimos nos montantes de R\$ 290.000, R\$ 350.000 e R\$50.000, acrescidos de juros de 9,83% a.a. e Libor + 3% a.a., respectivamente. Em 15 de abril de 2009 foi deliberado, através de Assembleia Geral Extraordinária, a compensação dos saldos referente aos aluguéis a pagar pela Ferrolease S.A à GRL USA com valores de empréstimos concedidos pela Ferrolease S.A à GRL USA. Considerando que a Administração ainda não definiu prazo para compensação desses valores, tais ativos foram reclassificados para o ativo não circulante em 2009. O saldo foi substancialmente quitado em 2021.
- (ii) Valor a repassar a GRL USA relativo à perda por sinistro de 11 vagões, os quais foram cobertos pela seguradora, quitado integralmente em 2021.
- (iii) O saldo é composto por dividendos a pagar no montante de R\$ 3.858.796 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.639.290, a serem quitados integralmente no primeiro trimestre de 2022.
- (iv) Valores relativos a aluguel a pagar originados do contrato com a GRL USA, proprietária dos 100 vagões arrendados pela controlada. Ajustado para 89 vagões em 2016 por conta de acidente com perda total envolvendo 11 unidades.

7. Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2021	2020
IRPJ/CSLL	288.758	134.907
	288.758	134.907

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

8. Imobilizado

		2020		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Ativos Ferroviários	98.323.530	(30.505.984)	67.817.546	70.221.416
Equipamentos de Computação e Telefonia	63.533	(45.721)	17.812	15.055
Máquinas e Equipamentos	3.289	(3.081)	208	377
Móveis e Utensílios	39.198	(39.020)	178	716
	98.429.550	(30.593.806)	67.835.743	70.237.564

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2020	Amortização Provisão	Adições	Saldo em 31/12/2021
Ativos Ferroviários	98.093.434	230.096	-	98.323.530
Equipamentos de Computação e Telefonia	54.786	-	8.747	63.533
Máquinas e Equipamentos	3.289	-	-	3.289
Móveis e Utensílios	39.198	-	-	39.198
	98.190.707	230.096	8.747	98.429.550

Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Ativos Ferroviários	(27.872.018)	(2.633.966)	(30.505.984)
Equipamentos de Computação e Telefonia	(39.731)	(5.990)	(45.721)
Máquinas e Equipamentos	(2.912)	(169)	(3.081)
Móveis e Utensílios	(38.482)	(538)	(39.020)
	(27.953.143)	(2.640.663)	(30.593.806)

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

Garantias

Os vagões de carga adquiridos foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (vide nota explicativa 9).

9. Empréstimos e financiamentos

Todas as operações de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 foram contraídas pela subsidiária integral antes de 31 de dezembro de 2018, e tiveram seus saldos transferidos para a Companhia por incorporação em 2019.

	2021	2020
Em moeda local		
FINAME - Programa PSI / BNDES juros fixos de 6,5% a.a. (i)	-	1.194.017
FINAME (juros fixos de 3,5% a.a.) (ii)	913.703	1.888.764
FINAME (juros fixos de 4,5% a.a.) (iii)	5.769.816	7.554.294
FINAME (juros fixos de 7,0% a.a.) (iv)	2.641.824	4.570.665
	9.325.343	15.207.740
Passivo circulante	4.851.976	6.106.399
Passivo não circulante	4.473.367	9.101.341

- (i) Em 8 de julho de 2011, a Companhia concluiu negociação de financiamento no valor de R\$ 19.296.761 através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2012 e a última em 15 de dezembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 75 vagões hopper HFT (150m³), os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 105 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador para esse contrato.
- (ii) Em 28 de outubro de 2013, a Companhia concluiu negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de novembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 36 vagões hopper HAE, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 36 vagões hopper HAE dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador para esse contrato.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

- (iii) Entre as datas de 19 de fevereiro de 2015 e 25 de agosto de 2015, a Companhia conclui a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, o qual será pago em 112 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2015 e a última em 15 de janeiro de 2025. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (covenants financeiros) para esse contrato.
- (iv) Entre as datas de 19 de maio de 2015 e 17 de setembro de 2015, a Companhia conclui a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, o qual será pago em 88 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2015 e a última em 17 de abril de 2023. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (covenants financeiros) para esse contrato.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2021
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	15.207.740
(+) Apropriação de juros e variação cambial	676.209
(-) Liquidação de principal	(5.942.565)
(-) Liquidação de juros	(616.041)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	9.325.343

Os vagões de carga adquiridos foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está em conformidade com todas as obrigações requeridas pelos contratos de empréstimos e financiamentos.

10. Adiantamento de clientes

O saldo se refere aos adiantamentos obtidos por conta de contratos de locação de vagões, sendo que o vencimento final dos valores adiantados ocorre em 2022.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

11. Impostos e contribuições a recolher

O saldo de Impostos e Contribuições a Recolher está demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Circulante		
IRPJ/CSLL	-	59.755
PIS/COFINS	138.113	119.286
Tributos retidos	289.845	1.244
Parcelamento de PIS / COFINS	233.093	225.522
Parcelamento de IRPJ / CSLL	170.241	164.711
	831.292	570.518
Não Circulante		
Parcelamento de PIS / COFINS	310.791	526.245
Parcelamento de IRPJ / CSLL	226.987	384.345
	537.778	910.590

Os tributos parcelados terão último vencimento em abril de 2024.

12. Tributos diferidos

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos para seus principais grupos de ativo. Os tributos diferidos resultantes estão compostos de acordo com o quadro abaixo.

Em 2020, em função do histórico de rentabilidade e da expectativa de rentabilidade futura, a Companhia decidiu reconhecer contabilmente o crédito fiscal decorrente de seus prejuízos fiscais acumulados. A expectativa da Administração é que estes prejuízos sejam consumidos em até 5 anos. Os valores estão apresentados no quadro abaixo.

	2021	2020
IR/CS Diferidos sobre Vida Útil	16.775.680	15.438.609
IR/CS Diferidos sobre prejuízo fiscal	(4.030.656)	(4.533.897)
	12.745.024	10.904.712

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

13. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social da Companhia, conforme AGE realizada em 28 de dezembro de 2010, é de R\$ 13.497.026, sendo representado por 3.788.740 ações ordinárias ("ON") sem valor nominal, com as seguintes titularidades:

Acionistas	Ações ordinárias	
GRL	1.453.551	
Palmas (1)	1.238.486	
ATT Centro Oeste Ltda.	804.036	
Sofimax Participações	93.237	
Acionistas pessoas físicas	199.426	
Outros	5	
	3.788.741	

(1) Em janeiro de 2022 as ações da Palmas foram transferidas para a empresa Membeca LLC.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro foram destinados à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei. Em 2021 a Administração decidiu por juros sobre o capital próprio, sendo R\$1.928.576 brutos, e R\$1.639.290 líquidos de imposto de renda na fonte, a serem pagos no primeiro trimestre de 2022. Também foram provisionados dividendos mínimos no montante R\$ 1.850.416.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida está composta conforme quadro a seguir:

	2021	2020
Receita de Aluguel de Vagões e Locomotivas	17.616.110	15.638.696
Impostos sobre Prestação de Serviços	(1.629.490)	(1.446.580)
Receita Operacional Líquida	15.986.620	14.192.116

15. Arrendamentos (Contratos de aluguéis de vagões)

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui contrato de locação referente a 89 vagões tipo HFT, no qual a Companhia é arrendatária. O contrato possui prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Como locatária de tais vagões, a Companhia reconheceu os seguintes valores de custos com operações de locação:

	2021	2020
Custos com arrendamento	37.380	37.380

Tais ativos, de valor total de R\$ 7.326.714 (valor de custo após benfeitorias) foram subarrendados. O contrato de subarrendamento possui renovação anual.

16. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais são compostas da seguinte forma:

	2021	2020
Salários e Benefícios	803.184	801.099
Despesas com Serviços Profissionais	229.518	314.805
Administrativa	190.522	498.498
Viagens e Estadas	42.117	17.405
Despesas de admissão temporária	367.083	338.241
Manutenção de vagões	705.928	9
Depreciação	6.698	4.933
	2.345.050	1.974.990
Apresentados como:		
Custo dos arrendamentos	705.928	9
Despesas operacionais	1.639.122	1.974.981

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

17. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia está demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Receitas Financeiras		_
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	204.180	72.082
Outras	25.681	26.160
	229.861	98.242
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(748.178)	(1.303.976)
Outras	(10.689)	(7.003)
	(758.867)	(1.310.979)
	(529.006)	(1.212.737)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro o imposto de renda e contribuição social tem a seguinte composição:

	2021
Base de cálculo	
Saldo de prejuízo fiscal	11.739.264
Diferença depreciação fiscal e contábil	(49.224.630)
	(37.485.366)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda diferido (25%)	(9.371.342)
Contribuição social diferida (9%)	(3.373.682)
Passivo fiscal diferido	(12.745.024)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

	2021	2020
Resultado do Exercício antes de Impostos	10.724.609	8.352.366
IRPJ / CSLL (alíquotas nominais de 25% e 9%)	(3.646.367)	(2.839.804)
Adições e (exclusões) permanentes e outros		
Juros sobre o capital próprio	655.716	-
Utilização de prejuízo fiscal	-	381.841
Reconhecimento crédito prejuízo fiscal	-	4.475.199
Adições temporárias	98.371	35.537
Outros	(41.103)	(90.567)
	(2.933.383)	1.962.206
Imposto de renda e contribuição social no resultado		
Corrente	(1.093.071)	(855.946)
Diferido	(1.840.312)	2.818.152
Alíquota efetiva	(27%)	9%

19. Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do Contas a Receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	2021	2020
Caixa e Equivalente de Caixa	5.019.574	5.008.494
Contas a receber de clientes	1.522.013	1.341.600

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	9.325.343	15.207.740

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado a seguir:

	2021	2020
Ativo		_
Caixa e Equivalente de Caixa	5.019.574	5.008.494
Contas a receber de clientes	1.522.013	1.341.600
Passivo		
Empréstimos e financiamento	9.325.343	15.207.740

Para empréstimos e financiamentos, a administração possui seus contratos firmados em taxas fixas,

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais – R\$)

as quais não tem risco de oscilação relevante.

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	2021			2020
	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Ativos				
Caixa e Equivalente de Caixa	5.019.574	-	5.019.574	5.008.494
Contas a Receber de Clientes	1.522.013	-	1.522.013	1.341.600
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	-	9.325.343	9.325.343	15.207.740
Outras Contas a Pagar	-	43.296	43.296	221.196

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Contas a receber de clientes e outras contas a pagar Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais – R\$)

valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às

taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de

financiamento específicas para financiamento.

20. Cobertura de seguros

Os contratos de locação que o Grupo possui com seus clientes RUMO - América Latina Logística S/A

(RUMO ALL), Agrex do Brasil S/A (AGREX) e AcelorMittal do Brasil (Arcelor), preveem cláusula

obrigando o cliente ter cobertura de seguros para os vagões sujeitos a riscos, por montantes

considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O Grupo também adota a política de contratar cobertura de seguros para os demais bens sujeitos a

riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a

natureza de sua atividade.
